

Política

CONSTITUINTE

A penúltima sessão foi de muita festa e homenagens a Ulysses Guimarães. A nova Carta está finalmente aprovada, mas seu texto ainda passará por uma rigorosa revisão gramatical.

Agora, só falta a promulgação.

Por 474 votos contra 15 (todos do PT) e seis abstenções, a Constituinte aprovou, às 14h40 de ontem, a redação final da nova Constituição, ratificando, assim, na interpretação que Ulysses Guimarães fez questão de registrar nos anais, todas as decisões anteriores. No dia 5, em sessão solene, a Constituição será promulgada e entrará em vigor.

Antes mesmo que o painel eletrônico apresentasse o resultado da votação, Ulysses Guimarães pediu a atenção dos constituintes para as palavras que, disse, tinha em seu coração. E como num desabafo, proclamou, sob aplausos do plenário: "Chegamos, nós chegamos, graças a Deus, à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos".

Essa última sessão de trabalho da Constituinte, a 340ª realizada desde a sua instalação, no dia 1º de janeiro de 1987 foi longa, mas tranqüila. Quase duas horas, a partir das 9h30, foram tomadas por pequenos discursos — 29 constituintes fizeram questão de falar e dezenas de outros encaixaram discursos escritos — e depois, já com a presença de Ulysses, a partir das 11h10, foi a vez dos líderes partidários.

Na tribuna de honra, tomou assento a mulher de Ulysses Guimarães, Mora. Nas galerias, poucos populares e nenhuma manifestação. Em plenário, alguns constituintes trocavam cumprimentos pelo término dos trabalhos. Até o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que hoje é ministro da Indústria e Comércio, esteve em plenário, abraçando alguns amigos. Ele teve destacada atuação durante quase toda a Constituição, tendo sido um dos criadores do Centrão, e assinará a nova Constituição como "participante".

O clima estava mais para homenagens do que para protestos. E Ulysses foi o centro delas. Vários oradores destacaram sua atuação. O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, referiu-se à sua direção "singularmente competente", dizendo ter sido Ulysses "severo quando necessário, paciente sempre, fraternal frequentemente". José Lourenço, líder do PFL, manifestou "profundo res-



Ulysses: "Chegamos, nós chegamos, graças a Deus".

peito" pelo trabalho da Mesa "na pessoa do seu obstinado presidente, dr. Ulysses Guimarães". Pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso o chamou de "guardião da Constituinte". O relator Bernardo Cabral, de "estadista que conseguiu fincar no mais alto topo da cidadania a bandeira da independência parlamentar". Ulysses até se levantou para agradecer e, com seu gesto, o plenário também se pôs de pé e o aplaudiu.

No final, Ulysses fez questão de registrar nos anais a sua "exegese" a respeito do processo de elaboração constitucional, para rebater "certas vozes" que estavam pondo em dúvida certas decisões tomadas no segundo turno e

sugerindo um terceiro turno. Ressaltou terem sido essas decisões tomadas com base em fusões de emendas resultantes de acordos de lideranças, nos quais se buscou sintetizar os propósitos dos autores. Tudo, segundo ele, passou pelo crivo do plenário e foi referendado por sua decisão soberana. A redação final, a seu ver, por interpretação regimental, poderia até ser aprovada em votação simbólica. A aprovação, porém, por maioria muito mais que absoluta, representava mais uma ratificação de todo o trabalho, além disso, completou, o regimento "é meio e não fim". O objetivo, em qualquer texto legal, "é a verdade, o bem e a justiça".

O texto ainda não é exatamente o definitivo

A redação final da Constituição, ontem aprovada, ainda não é exatamente a definitiva. O texto não será mais alterado no mérito, nem na sua estrutura, mas passará ainda por uma revisão mais rigorosa para eliminar erros ou impropriedades que tenham passado pelos redatores. Ontem mesmo, algumas falhas estavam sendo apontadas por constituintes. Domingos Juvenil (PMDB-BA) chamou a atenção para um "erro" a seu ver existente na área da Justiça do Trabalho. Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) encontrou outro no setor da educação, referente aos estabelecimentos de ensino superior.

E Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) descobriu um lapso que, no seu entender, precisa ser corrigido. O art. 28 do texto permanente determina que a elei-

ção para governadores seja realizada 90 dias antes do término dos mandatos. Os mandatos dos governadores, no futuro, terminarão a 1º de janeiro. Mas os dos atuais governadores, segundo o art. 4º das Disposições Transitórias, terminarão no dia 15 de março de 1991. A eleição, nesse caso, teria de ser feita no dia 15 de dezembro de 1990, "o que não era a intenção dos constituintes".

Essa revisão não impedirá que os próximos passos sejam dados. A partir de hoje, os constituintes já poderão assinar as folhas soltas que serão anexadas aos cinco volumes originais — destinados à Câmara, ao Senado, à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional. No dia 5, a nova Constituição entra em vigor.

Cinco de ouro, 686 de prata...

Lembrança da Constituinte: Cz\$ 45 milhões e 764 mil. Esse é o custo total das cinco medalhas de ouro (a Cz\$ 600 mil, cada), 686 medalhas de prata (custo unitário, Cz\$ 39 mil) e 500 medalhas de bronze (cada uma Cz\$ 32 mil) que a Casa da Moeda cunhou para distribuir na sessão solene de promulgação da Constituição, em 5 de outubro, como recordação da Assembléia Nacional Constituinte.

"É uma brincadeira cara. Eu, se fosse o dr. Ulysses, acabava com essa brincadeira, derretia essas medalhas e dava o valor do metal para alguma instituição de caridade", sugere o deputado José Genóio (PT-SP), que não faz questão de receber a sua medalha e, com ele, mais vinte parlamentares, que ontem assinaram um documento, abrindo mão das suas.

"Essas medalhas serão distribuídas de qualquer jeito. É uma coisa tradicional. É uma tradição desse País buscar marcar seus momentos históricos dessa maneira", afirma o presidente da Constituinte, deputado Ulysses

Guimarães.

"Por que não se faz uma medalha barata, dessas de latão fofheada a ouro que a gente recebe nas competições esportivas do colégio?", pergunta o deputado Gastone Righi (PTB-SP), que também não gostou do fato de terem sido cunhadas de valores diferentes. "Isso daqui não foi nenhuma competição para que alguns recebessem medalhas mais caras."

As medalhas serão assim distribuídas: as cinco de ouro irão para o presidente da República, José Sarney; o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães; o presidente do Senado, Humberto Lucena; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer; e o relator da Constituinte, Bernardo Cabral. As 686 de prata irão para os demais constituintes, os ministros de Estado, os presidentes das Assembléias Legislativas estaduais e para os presidentes das Assembléias Legislativas dos países estrangeiros convidados. As 500 de bronze serão distribuídas entre funcionários e colaboradores e uma outra parte será colocada à venda.

Do presidente Sarney: "Vou jurar, cumprir e fazer cumprir".

O presidente José Sarney celebrou ontem a aprovação do texto definitivo da nova Constituição com a promessa, transmitida pelo porta-voz Carlos Henrique Santos, de que não sairá do Palácio do Planalto "nenhuma disposição conspiratória" contra os trabalhos da Constituinte. Segundo o porta-voz, o presidente estava muito satisfeito ao receber alguns constituintes em seu gabinete, que levavam a notícia sobre o término da votação no plenário. Usando a mesma linguagem de quando enviou uma

carta ao deputado Ulysses Guimarães congratulando-o pelo fim das votações das emendas, Sarney disse que será o servidor "numero um" da Constituição — "vai jurar, cumprir e fazer cumprir", frisou o porta-voz.

Promulgada a nova Constituição, a prioridade do governo passa a ser a formação de um "bloco parlamentar liberal democrático", pluripartidário, formado no Congresso, com o objetivo de dar respaldo ao presidente Sarney, principalmente nas votações de leis complementares à

nova Carta, além da elaboração do regimento interno da Câmara e o processo de sucessão na presidência daquela casa, especialmente, porque se trata de eleger o substituto eventual de Sarney.

Um dos principais responsáveis pela criação do Centrão, o deputado Ricardo Friúza (PFL-PE) é cético em relação à formação de um bloco parlamentar de apoio a Sarney, e diz que é "sombrio o quadro do governo no Congresso, pois não há articulação, estratégia, nem informações ou mesmo vontade política".



Genóio e Passarinho: sorrisos numa tarde de festa.

Os líderes discursam, com críticas e elogios.

Todas as lideranças partidárias ocuparam ontem a tribuna do Congresso durante a sessão de votação final do texto da nova Carta. Os constituintes voltarão a se reunir, pela última vez, no próximo 5 de outubro, quando a Constituição for promulgada. "A vigência do texto é agora o grande desafio do Congresso", dizia o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim. "Se este texto falhar, a responsabilidade será talvez exclusivamente nossa, porque nós é que temos o dever real e político de tornar efetiva a sua vigência."

Em sua intervenção como líder do PFL, o deputado José Lourenço procurou minimizar as tentativas de se atribuir "paternidades" à nova Carta, numa clara referência à propaganda do PMDB. "A Constituição é retrato fiel do esforço e do embate democrático das múltiplas forças e interesses representados na Constituinte", disse Lourenço. E alertou: "Muitos dos dispositivos da Ordem Social e Econômica são de difícil aplicação".

Mesmo reconhecendo avanços no texto, o líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, disse que a bancada votaria contra "porque não foi ainda desta vez que a sociedade brasileira e os trabalhadores vão ter uma Consti-

tuição que os beneficie".

Na opinião do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o trabalho foi "positivo" — "a despeito de algumas derrotas sofridas pelas forças progressistas e alguns retrocessos impostos pelas forças conservadoras".

Pelo PDS, o senador Jarbas Passarinho, atestou que a nova Carta não torna o País ingovernável. "Requererá, isto sim, talento para o exercício do governo. Espero que as dificuldades não sirvam de pretexto para armar o braço dos que pensam colocar, acima da vontade nacional, suas convicções contrariadas ou seus interesses não satisfeitos."

O PCB, representado pelo deputado Roberto Freire, e o PC do B, liderado por Haroldo Lima, reivindicaram separadamente para seus partidos o privilégio de lançar a semente da convocação da Constituinte. Pelo PSDB, o senador Fernando Henrique Cardoso disse: "Talvez pela primeira vez na História do Brasil o povo tenha sentido, de perto, o que é a consciência de seus direitos". E Afif Domingos, pelo PL, entre as críticas que fez, ressaltou a manutenção do sistema corporativista, "que uniu a esquerda e a direita, que se encontraram no texto constitucional".

VOCÊ PASSARIA ALGUMAS HORAS COM PETER GABRIEL E TRACY CHAPMAN PELOS DIREITOS HUMANOS?



Foto Mario Luiz

HUMAN RIGHTS NOW!

MADE POSSIBLE BY THE REEBOK FOUNDATION

© 1988 C&HF, INC.

O PT pode expulsar este desobediente

O deputado mineiro João Paulo Pires de Vasconcellos foi o único parlamentar da bancada do PT a votar "sim" ao texto final da nova Constituição, contrariando a decisão do Diretório Nacional, que havia determinado a rejeição da nova Carta. Por causa dessa desobediência, ele pode até ser expulso do partido, segundo o deputado Paulo Delgado, também de Minas, que fez a seguinte advertência: "O João Paulo que abra o olho". Com ou sem expulsão, o deputado será, certamente, punido pelos membros do PT, de acordo com o líder do partido na Constituinte, Lutz Inácio Lula da Silva, e o presidente nacional, Olívio Dutra, para quem o deputado mineiro "cometeu falta grave". João Paulo justificou sua decisão dizendo que o PT foi responsável pela conquista de vários pontos positivos da Constituição e, portanto, votar contra seria "um desrespeito a essas vitórias".